

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.516.034 - PB (2019/0157561-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A  
**ADVOGADOS** : CARLOS FREDERICO NÓBREGA FARIAS - PB007119  
RODRIGO NÓBREGA FARIAS - PB010220  
JALDEMIRO RODRIGUES DE ATAÍDE JÚNIOR - PB011591  
GEORGE OTTÁVIO BRASILINO OLEGÁRIO - PB015013  
**AGRAVADO** : MARCELO CORDEIRO DA SILVA  
**ADVOGADA** : SUNALY VIRGINIO DE MOURA - PB009801

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. FIOS DE ALTA TENSÃO NA PISTA DE ROLAMENTO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. NEXO DE CAUSALIDADE COMPROVADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRADO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ entende que não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/1973 (art. 373 do CPC/2015) sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame (*REsp 1.665.411/MT, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 5/9/2017, DJe de 13/9/2017*).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que foram demonstrados o dano e o nexo de causalidade quanto à falha na prestação de serviços da concessionária, com a queda de fios da rede elétrica, que, além de incendiar o caminhão do autor, ora agravado, danificou os objetos que estavam sendo transportados no baú do veículo, causando-lhe prejuízos. A pretensão de alterar tal entendimento demandaria o reexame do acervo probatório dos autos, vedado em recurso especial.

3. Agravo interno desprovido.

**ACÓRDÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator